

A pandemia de COVID-19, os cidadãos e o Serviço Nacional de Saúde

Fundação para a Saúde – Serviço Nacional de Saúde

Comunicado, 19 de março de 2020

A importância de termos um Serviço Nacional de Saúde, património de todos, para combate à pandemia.

Felizmente temos um Serviço Nacional de Saúde (SNS) em Portugal. Sendo património de todos, o SNS é, mais uma vez, o garante do acesso dos cidadãos aos cuidados de saúde necessários, nesta crise, sem olhar à sua condição social ou económica.

Mas o SNS, ainda que estivesse nas melhores condições possíveis, que infelizmente não é o caso, seria sempre insuficiente para responder sozinho a esta silenciosa e devastadora ameaça. Prevenir, conter e controlar a insidiosa e acelerada propagação do vírus nas nossas comunidades é uma tarefa de TODOS e de cada um, sem exceção. Que cada um faça a sua parte, com determinação, serenidade e rigor.

A Fundação para a Saúde SNS (FSNS) apela a que todos confiem e cumpram, escrupulosamente as indicações das Autoridades de Saúde e do Governo. Que se mantenham atentos, informados, ativos e solidários. Que utilizem os canais locais e gerais de comunicação com essas autoridades. Que evitem o queixume e alarmismos inconsequentes, sem deixar de identificar e de informar sobre insuficiências e pontos críticos para que as entidades responsáveis procedam à sua correção. Que utilizem canais de comunicação como o MySNS e o site da Direção-geral da Saúde.

O SNS foi alvo, durante demasiados anos, de restrições financeiras com graves danos para o seu funcionamento, com perda e desmotivação dos seus profissionais, com degradação dos seus equipamentos. A recuperação do investimento deu alguns passos nos últimos anos, mas há um longo caminho a percorrer para reparar os danos infligidos e reorganizar e relançar o SNS.

Atualmente, a rede de Saúde Pública e as suas equipas, fragilizadas ao longo de três décadas, estão a dar respostas notáveis, superando fragilidades estruturais e de recursos. Os profissionais de saúde nos hospitais, nos centros de saúde e suas unidades, nas farmácias e em outros serviços, estão na primeira linha do combate à pandemia. Servem a população e os doentes com grande esforço e dedicação. Assumem riscos inerentes ao exercício das suas profissões, mas não é admissível que corram riscos desnecessários. Merecem atenção, apoio, meios técnicos e organização adequada para uma ação eficaz, com a proteção indispensável.

A experiência desta crise evidencia que as estruturas de proximidade são decisivas para a implementar medidas que a todos dizem respeito. Por isso apela-se a que sejam tidas em conta as medidas que a FSNS tem proposto para reorganizar e reforçar o SNS e assegurar-lhe um financiamento adequado. Um SNS mais próximo dos cidadãos, nas suas comunidades, que responda aos novos desafios da Saúde e às necessidades da população. Que seja capaz de garantir integração de cuidados centrados efetivamente em cada pessoa, com maior colaboração interprofissional. Que garanta a formação e a motivação dos seus profissionais a todos os níveis, e maior autonomia de gestão.

Estamos, ainda, perante uma oportunidade para operacionalizar de modo responsável, sensato e inteligente a cooperação solidária entre os setores público, social e privado.

Juntos superaremos esta crise e garantiremos um SNS ainda melhor – coração propulsor e estruturante de um sistema de saúde melhor regulado e mais eficiente, onde todos podem e devem desempenhar o seu papel visando o bem comum.

gos de conduta próprios destes tempos. O objetivo também é claro: ajudar a comunidade a superar física e mentalmente a enorme pressão material e psicológica a que esta sujeita. A fazer novas aprendizagens e adquirir novas competências, a aumentar a sua resiliência face a adversidade, a acreditar que havemos de superar este desafio.

É aceitável que uma "garganta funda" na DGS venha a contrariar publicamente os seus dirigentes, uma e outra vez, a coberto do anonimato, e que a comunicação social lhe dê cobertura, como habitualmente?

Isto será tudo muito mais difícil se não compreendermos que já não pode ser como de costume. Para efeitos dos nossos comportamentos estes são de facto "tempos de guerra".

É aceitável que uma "garganta funda" na DGS venha a contrariar publicamente os seus dirigentes, uma e outra vez, a coberto do anonimato, e que a comunicação social lhe dê cobertura, como habitualmente? Sabendo como é muito importante para as pessoas a confiança nas autoridades de saúde?

Sabemos que estamos longe de ser um país perfeito. E que apesar de todo esforço de superação em curso, continuaremos a observar imperfeições. Temos que ajudar a identificá-las e a ultrapassá-las. Mas denunciá-las simplesmente para confirmar o nosso estado de imperfeição?

Num mesmo dia, em 16 de Março, uma equipa de investigação do Imperial College de Londres disse-nos que é preciso abandonar a abordagem da gripe pandémica ("contenção - mitigação") e adotar uma outra própria deste vírus ("contenção - supressão"); uma outra equipa internacional, chama a atenção, na revista Science, com base na experiencia chinesa, para a necessidade de identificar as infeções que permaneciam desconhecidas através dos procedimentos habituais. No mesmo dia a OMS lança o desafio "testar, testar, testar". Quem não compreende que a resposta a estas novas orientações, a nível global, não se consegue em poucas dias?

Precisamos de ajudar as pessoas a compreender e tratar do presente e a pensar o futuro. Atualmente o foco tem estado na previsão do comportamento da curva epidémica (ponto de inflexão e pico), por razões óbvias. Para depois, o importante é como nos reerguemos desta contusão. E para isso muita gente tem que fazer contas. Mas faz sentido focar o debate público na previsão de 15.000 óbitos no pico da curva, de 1 milhão de desempregados na segunda metade do ano, ou de uma eventual segunda onda epidémica mais tarde (que pode acontecer ou não)?

Precisamos todos de adotar um novo código de conduta.

Não será preferível agora, para o nosso bem-estar, individual e coletivo, ir passo-a-passo, focando em cada fase do processo epidémico aquilo que seguramente sabemos e aquilo que precisamos de fazer agora, preparando-nos o mais razoavelmente possível para o necessário, na fase imediatamente seguinte?

Do meu ponto de vista, o primeiro-ministro deu uma entrevista muito importante. Procurou informar, moderar, proteger e mobilizar.

E no entanto, no dia seguinte, poucos foram os titulares que realçam esses méritos, e alguns convidam explicitamente à desconfiança. Isso não nos faz bem.

Ao reconhecer que vivemos tempos extraordinários, que representam para todos um grande desafio existencial, não podemos insistir em fazer como sempre, independentemente dos seus efeitos nesta conjuntura.

Precisamos todos de adotar um novo código de conduta.

de, a promoção da saúde, e cuidados preventivos são indispensáveis para melhorar a eficiência do SNS.

Num novo ciclo de desenvolvimento do SNS, as mudanças de governação terão de aproveitar a inovação digital e tecnológica e fazer boa gestão e partilha do melhor conhecimento científico disponível: biomédico, clínico, epidemiológico, fármaco terapêutico, e sobre mudanças organizacionais.

tes a cada nível e aos cidadãos assumir os comportamentos correspondentes à situação epidemiológica a que estão expostos;

2. Aspetos específicos de promoção e de proteção da saúde – relativos a grupos populacionais específicos: as crianças que precisam de ir à escola, os jovens que precisam de viver para amadurecer, os que vivem em condições habitacionais, de transporte e emprego particularmente suscetíveis à infeção, os profissionais de saúde em geral e os cuidadores dos mais idosos, os mais idosos e os portadores de múltiplas patologias que precisam de se proteger mas que não podem desistir de viver;

3. Resposta às desigualdade sociais – com atenção muito especial aos efeitos do aumento do desemprego e às múltiplas formas de pobreza que irão agravar-se na sociedade portuguesa, com consequências conhecidas na saúde;

4. Literacia em saúde, envolvimento da comunidade e das pessoas – entre as seis orientações gerais emitidas pela Organização Mundial da Saúde, consta a seguinte: “that communities are fully educated, engaged and empowered to adjust to the “new norm”. Esta dimensão é indispensável nas respostas às crises de saúde pública;

5. Um Serviço Nacional de Saúde (SNS) para o presente e para o futuro – a resposta do SNS terá de incluir simultaneamente o desafio da COVID-19, os cuidados por prestar nos últimos meses, a patologia sazonal própria do Outono e do Inverno e as transformações necessárias para fazer face às múltiplas questões de saúde, dependência e fragilidade que acompanham o envelhecimento;

6. Saúde pública e economia – com harmonização nas estratégias orçamentais entre as boas contas públicas, o crescimento económico e o bem-estar;

7. Faseamento 2020-2021 – acautelando, entre outros aspetos, as variações sazonais e a inovação tecnológica, particularmente no domínio dos medicamentos e das vacinas.

A resposta à Covid-19 condicionou uma situação crítica no SNS. Os cuidados de saúde, para muitos doentes, ficaram adiados, quer nos cuidados de saúde primários quer a nível hospitalar. Estas situações devem ser revertidas com a máxima celeridade.

Estão em discussão pública uma proposta de “Plano de Recuperação Económica e Social de Portugal” e o orçamento para 2021. O projeto de Plano considera que o Estado “deve tratar os serviços públicos em especial o Serviço Nacional de Saúde como um investimento e não como um passivo.” É o momento para aprofundar e desenvolver a componente da Saúde em interligação com os outros componentes estratégicos de planeamento e de investimento.

Paralelamente há que ter em conta o Orçamento de Estado e os recursos a disponibilizar pela União Europeia.

É absolutamente decisivo assegurar um planeamento estratégico expedito que maximize e otimize todas as oportunidades e recursos. Um plano estratégico de saúde pública para o controlo da pandemia é indissociável de um plano mais abrangente, que preveja e oriente a atuação sobre os fatores determinantes que influenciam a Saúde, o desenvolvimento e a adaptação do SNS e do sistema de saúde às realidades que vão surgindo ao longo do tempo. Para a sua concretização conviria responsabilizar uma estrutura permanente do Ministério da Saúde que reúna as competências necessárias e garanta coerência e continuidade de ação ao longo do tempo.